

DIREITOS

Alta exorbitante de 'saúde' exige luta

Aumento de até 55% nas tabelas dos planos da Unimed gera indignação entre servidores.

A diretoria do Sintrajud pediu reunião com a presidente do TRF-3, desembargadora Marisa Santos, para questionar o reajuste de até 55% do plano de saúde operado pela Unimed Seguros. Divulgados em 15 de junho, com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2023, os novos valores afetam servidores e magistrados lotados no TRF e na JF na capital e nos municípios de Barueri, Bragança Paulista, Caraguatatuba, Guarulhos, Jundiaí, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Registro, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São Vicente e Taubaté.

O Sindicato pediu também audiências com o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal para solicitar ampliação do orçamento de custeio do plano de saúde.

Diretor do Sintrajud e servidor do TRF-3, Cléber Borges questiona também a demora da gestão Marisa Santos em repassar os novos valores. "A demora gerou o retroativo", falou.

A categoria reivindica ainda ser ouvida na elaboração das tabelas de custeio dos planos, e a retomada dos estudos sobre a autogestão em saúde.

O servidor da JF e dirigente do Sintrajud Antônio Melquiades destaca que servidores cancelaram o plano por não terem condições de pagar - situação que deve se aprofundar com o reajuste das tabelas muito acima da reposição parcial de perdas conquistada pela categoria após sete anos de congelamento salarial. "Há servidores que saíram do plano do Tribunal e foram para o SUS porque não podem pagar".

O Sintrajud defende a valorização e investimento público no SUS, mas ressalta que é obrigação da administração garantir assistência em saúde para os servidores, com planos adequados que supram as deficiências geradas pela falta de orçamento na saúde pública.

Servidor da JF/Caraguatatuba e também diretor do Sindicato, Luiz Paiva ressalta que a aprovação do 'novo' teto de gastos, o arcabouço fiscal, impactará nos recursos para manutenção dos benefícios da categoria. "O arcabouço pode refletir também em menos recursos direcionados aos benefícios, principalmente para a saúde", alerta.

Chamado à luta



"O arcabouço fiscal pode refletir também em menos recursos, principalmente para saúde dos trabalhadores do setor público, que já enfrentam forte corrosão dos vencimentos e aumentos abusivos nos planos. Daí que lutar contra a aprovação deste projeto é vital."

Luiz Paiva (JF/Caraguatatuba), diretor do Sintrajud



"Há servidores que saíram do plano do Tribunal e foram para o SUS porque não podem pagar. Os planos são empresas privadas que visam lucro, então a saúde torna-se mercadoria."

Antônio Melquiades 'Melqui' (Adm/Pres. Wilson), diretor do Sindicato



"Vamos pedir a intercessão da presidente do Tribunal para atuar junto aos conselhos para melhorar a verba de saúde para a capital, em virtude do custo ser mais elevado aqui; pleitear que esse aporte dos conselhos possa cobrir o retroativo e que o Tribunal remaneje verbas. Também questionamos, a demora em repassar o reajuste, que gerou o retroativo." **Cléber Borges Aguiar** (policial judicial/TRF-3) e diretor do Sindicato

Assembleia discute reajuste do plano nesta quinta (22)

Acesse em bit.ly/setorialTRFJF220623 e confira o resultado nas mídias do Sindicato.

ASSÉDIO, NÃO!

Corregedoria abre investigação após Sindicato denunciar Paulo Arena

Após condenação de juiz assediador no TRT-2, Sindicato pede apuração de conduta de juiz contra servidor com deficiência e dialoga com subseções onde assédio não é regra.



Há anos o Sintrajud tem como uma das prioridades o combate ao assédio moral e sexual. No início deste mês o Sindicato demandou à Corregedoria Regional da Justiça Federal na 3ª Região que apure a conduta do juiz Paulo Arena Filho. O magistrado, que preside o JEF/Ribeirão Preto e é auxiliar

da desembargadora presidente do TRF-3, Marisa Santos, pediu dispensa urgente de servidor com deficiência (e quatro elogios no prontuário, além de mais de 10 anos no PJU), alegando ser necessário aumentar a produtividade.

O Sindicato também levou o fato ao CNJ e iniciou uma campanha que vem recebendo apoio de parlamentares e outras entidades, e repercutindo na mídia. A diretora do Sindicato Anna Karenina lembra que não é a primeira vez que denúncias sobre a postura do magistrado chegam à entidade. Ela ressalta ainda que a relocação de vítimas não pode se tornar instrumento de assédio, sendo direito dos servidores que assim desejarem.

O servidor da JF/Marília e também dirigente do Sintrajud, João Carlos Silva, repudiou o capacitismo. “O servidor conta com elogios na ficha funcional, não tinha nada que o desabonasse”.

Também diretor do Sintrajud e oficial de justiça lotado na CEUNI, Marcos Trombeta convocou a categoria a se mobilizar. “A imposição de metas cada vez mais difíceis de serem atingidas e o déficit de pessoal já vêm obrigando os servidores a trabalharem muito mais do que deveriam”, disse.

No último dia 19 o Sindicato visitou a JF em Registro. Vara mista com 73% da movimentação relacionados a demandas previdenciárias e sociais, há anos a unidade funciona com pelo menos quatro servidores a menos do que a lotação-base preconiza. E, em razão da distância geográfica, tem uma rotatividade muito acima da média. No entanto, servidores e estagiários foram unânimes em relatar que não há assédio no Fórum. O exemplo mostra: é possível atender os jurisdicionados e não ter a humilhação como política de gestão.



“Espanta que um magistrado que lida com causas de hipossuficientes trate vidas como números e metas de produtividade, contra toda política de inclusão institucionalizada pelo CNJ.”

Anna Karenina (JF/Presidente Prudente), diretora do Sintrajud



“Na contramão do que tem sido a política de inclusão e o que prega o Tribunal, o juiz em vez de assegurar condições dignas de trabalho, preferiu ficar com um servidor a menos, colocando o colega à disposição.”

João Carlos da Silva (JF/Marília), diretor do Sindicato



“As situações de assédio levam a uma deterioração ainda maior das condições de trabalho, o que pode acabar resultando numa piora das condições de saúde dos servidores. Por isso, é muito preocupante, e a categoria não pode aceitar o assédio moral, sexual ou capacitista de maneira alguma.”

Marcos Trombeta (CEUNI), oficial de justiça e diretor do Sintrajud

Na mídia

‘Blog do Frederico Vasconcelos’, na ‘Folha de S.Paulo’, e o portal ‘Viomundo’ repercutiram denúncia do Sintrajud sobre assédio moral.



Acompanhe no site os informes sobre vitórias jurídicas como a ação da cota-parte do auxílio-alimentação e do recálculo da licença-prêmio.



Material oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo
SINTRAJUD - Atendimento: (11) 98933-6276 | (11) 99128-5217 | sintrajud@sintrajud.org.br